

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**Despacho Normativo n.º 198-A/92**

Através do Despacho Normativo n.º 130-A/92, de 5 de Agosto, e por proposta dos chefes de estado-maior, foi definido o elenco dos postos, classes, armas, serviços e especialidades que podem beneficiar dos regimes de reforma antecipada e abate aos QP, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º e do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 15/92, de 5 de Agosto.

Dado que o Despacho Normativo n.º 130-A/92, de 5 de Agosto, não contempla a classe de engenheiros de material naval, nos postos de capitão-de-mar-e-guerra e de capitão-de-fragata, e a classe de serviço especial, no posto de primeiro-tenente, assim como não contempla também os militares da Força Aérea, abrangidos pelos artigos 45.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, na situação de regime de contrato automaticamente prorrogável:

Determino, por proposta do Chefe do Estado-Maior da Armada e do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, as seguintes alterações ao quadro publicado em anexo ao Despacho Normativo n.º 130-A/92, de 5 de Agosto:

- a) Ao quadro Marinha — A) Reforma antecipada, 1 — Oficiais, deve ser aditada a classe de engenheiros de material naval, nos postos de capitão-de-mar-e-guerra e de capitão-de-fragata, e, na classe de serviço especial, deve ser aditado o posto de primeiro-tenente;
- b) Ao quadro Força Aérea — A) Reforma antecipada, devem ser aditados os militares na situação de regime de contrato automaticamente prorrogável, abrangidos pelos artigos 45.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro.

Ministério da Defesa Nacional, 16 de Outubro de 1992. — O Ministro da Defesa Nacional, *Joaquim Fernando Nogueira*.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA**Portaria n.º 1004-A/92**

de 22 de Outubro

A Portaria n.º 110/91, de 6 de Fevereiro, aprovou o Regulamento do Controlo Metrológico dos Alcoolímetros, no âmbito do regime jurídico estabelecido no Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro.

Considerando que se torna necessário rectificar alguns valores estabelecidos na referida portaria;

Considerando, por outro lado, que o prazo da sua entrada em vigor, alterado pela Portaria n.º 735-A/91, de 31 de Julho, se revelou insuficiente para os fabricantes, importadores e utilizadores se dotarem dos meios necessários ao cumprimento das disposições do referido Regulamento;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Indústria e Energia, o seguinte:

1.º O n.º 6 do Regulamento do Controlo Metrológico dos Alcoolímetros, aprovado pela Portaria n.º 110/91, de 6 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:

6 —

a) Aprovação de modelo:

0,02 mg, para as concentrações inferiores a 0,40 mg por litro;

5% do valor indicado, para as concentrações compreendidas entre 0,40 mg por litro e 1 mg por litro, inclusive;

10% do valor indicado, para concentrações superiores a 1 mg por litro até 2 mg por litro, inclusive;

20% do valor indicado, para concentrações superiores a 2 mg por litro até 3 mg por litro, inclusive;

b)

2.º O prazo de entrada em vigor da Portaria n.º 110/91, de 6 de Fevereiro, é prorrogado até 30 de Junho de 1993.

Ministério da Indústria e Energia.

Assinada em 22 de Outubro de 1992.

O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.

